



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Boa Governação - Transparência - Integridade

Transparência e Integridade no Sector Público

FINANÇAS PÚBLICAS



24 de Agosto de 2026 | Edição nº 5 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

Escassez de divisas: como a crise está a transformar Moçambique?

Pelo segundo ano consecutivo, o Centro de Integridade Pública investiga a crise de divisas em Moçambique. Revela as consequências para a economia, com destaque para a degradação do já castigado sector de saúde. Mostra a sofisticação do mercado paralelo de venda de moeda estrangeira e desvenda indícios de esquemas de favorecimento de entidades no acesso a moeda estrangeira, através da banca comercial.

Por: Raúl Massingue*

Durante seis meses, o Centro de Integridade Pública voltou a investigar a crise de divisas para esclarecer perguntas que permaneciam sem respostas. Actores relevantes contactados mostraram-se receosos em abordar abertamente o assunto. Alguns recusaram-se a conceder entrevistas, enquanto outros só aceitaram falar sob condição de anonimato. Ainda assim, conclui-se que a crise persistente de divisas está a gerar mutações no comércio internacional e na forma de fazer pagamentos no estrangeiro, como descrevemos a seguir.

FINTANDO O SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO...

A escassez de divisas em Moçambique obrigou a criação de novas estratégias de fazer comércio internacional, principalmente com a África do Sul e com a China. Agentes que se dedicam à importação de mercadorias abrem várias contas no mesmo banco ou em bancos diferentes, para obterem mais cartões e continuar com os seus negócios. Há casos em que as contas são abertas em nome de familiares e /ou de conhecidos. Dependendo dos limites de cada cartão, efectuem depósitos em meticais e viajam para o estrangeiro onde efectuem compras a um câmbio baixo, se comparado ao praticado no mercado paralelo.

“Conheço uma cliente que tem em sua posse 15 cartões do mesmo banco. Eles não usam apenas nome de familiares, mas também de pessoas conhecidas. Isso não existia antigamente, creio que começou nos finais do ano passado. Isso acontece com pessoas que fazem compras em grandes quantidades na África do Sul. Há casos em que os cartões não aceitam. Assim sendo, usam cartões de diferentes bancos e vão testando. Isso recompensa porque a taxa que nós cobramos é diferente da que é cobrada pelo banco”, revelou Edson (nome fictício) vendedor informal de moeda.

Artur (nome fictício), transportador de mercadorias da África do Sul para Moçambique, confirmou este modus operandi. “Eles (os clientes) me passam os cartões e os respectivos códigos, viajo para lá, faço as compras e volto com os produtos. Levo vários cartões porque cada cartão tem o seu limite e há alguns que não funcionam em determinados locais. Tudo é feito na base da confiança”, detalhou.

O recibo em anexo (foto 1), de 31 de Março de 2026, facultado por um nosso entrevistado, confirma que usando esta via, a taxa de câmbio situa-se abaixo dos 4 meticaís. Isto confirma que é mais económico para os comerciantes usar vários cartões para os seus pagamentos do que optar pelo mercado informal, onde a unidade de rand é vendida acima de 4 meticaís. A mercadoria que custou 30. 000 rands, o equivalente a 117.102 meticaís ao câmbio de 3.90 meticaís por unidade do rand, se usasse o câmbio, de 4.45 meticaís, estabelecido pelos informais nesta reportagem, custaria 133, 500, uma diferença de 16.398 meticaís.



Foto 1 Recibo de pagamento de produtos alimentares na África do Sul

TOMA QUE TE DOU...

Acontece quando homens de negócios, comerciantes ou figuras influentes têm acesso a pessoas com POS na África do Sul ou noutro país. Para ter acesso ao Rand, por exemplo, estes deslocam-se àquele país com vários cartões carregados de metical e fazem descontos nos POS's sul-africanos. Por esse mecanismo, o requisitante recebe rands em mãos, a uma taxa de câmbio abaixo da praticada no mercado informal. Dependendo do tipo de relação com o proprietário do POS, essa operação pode ter *nhonga*¹ ou não. O CIP sabe que o mesmo acontece na China e em Portugal.

QUANDO A NHONGA JUNTA DUAS NAÇÕES...

Como a banca formal não consegue suprir as necessidades do mercado, os informais sofisticaram as suas operações. Até oferecem novas facilidades que incluem o pagamento de facturas no estrangeiro, a partir de Moçambique. Para confirmar esse tipo de operação, a nossa investigação simulou querer comprar uma viatura de 590 000 rands, o equivalente a 2 625 500 meticais, ao câmbio de 4.45 meticais por unidade do rand. Através de uma chamada telefónica, o CIP ficou a saber que a tal operação podia ser executada em poucos minutos. O negócio de venda de moeda ficou tão robustecido que moçambicanos, que actuam no mercado informal, estenderam a sua rede na África do Sul. Isto é, a operação de pagamento da factura de 590 mil rands solicitada pela nossa investigação teve que passar por uma confirmação da rede na África do Sul. Em menos de 2 minutos tivemos a confirmação e os custos associados.

Os comprovativos abaixo cedidos pelas nossas fontes, mostram que os informais usam os bancos sul-africanos para efectuar pagamentos de bens em rands. Note-se que o tipo de pagamento é sempre imediato para garantir que o valor reflita rapidamente na conta do fornecedor e o cliente comece demarches para transportar a mercadoria para Moçambique. Na segunda factura, por exemplo, o pagamento foi de 96 mil rands, isto é, mais de 300 mil meticais. “É uma coisa bem estruturada que se se tratasse de um banco ou uma outra instituição formal iria facilitar as nossas vidas. Tu entregas o metical ao homem da venda de moeda cá em Moçambique, ele contacta os parceiros na África do Sul, e em 5 minutos tens o pagamento feito na conta do seu fornecedor. Feita a transferência ou pagamento, através do Whatsapp, eles enviam o comprovativo”, realçou Abílio Marrime, porta-voz do Mercado Grossista do Zimpeto.

¹ Pode ser entendido como comissão de intermediação de negócios ou suborno pago para facilitar serviços.

Os informais estão tão organizados que além de fazer transferências, facilitam empréstimos significativos através da agiotagem. Isto é, além de vender a moeda estrangeira a preços especulativos, o informal dá empréstimos em meticais e cobra juros. Os cambistas informais usam a mesma lógica dos bancos, cobram taxas ou comissões nas suas operações.

“Quando solicitas um pagamento de uma factura na África do Sul, eles cobram uma taxa da transferência. Isto é, a operação é executada toda ela na África do Sul, mas em Moçambique terás que pagar uma espécie de comissão. Essa comissão não é fixa, depende da negociação entre o vendedor e o agiota”, esclareceu Marrime.

O responsável revelou que muitos vendedores do Zimpeto têm dívidas com os vendedores de moedas, que são ao mesmo tempo agiotas. O incumprimento do pagamento dos empréstimos gera tensões e abandono da actividade.

“Temos exemplos de pessoas que já não estão aqui porque abandonaram a actividade. Há casos de mães que perderam a vida por causa do stress causado por esta situação. Algumas contraem dívidas, os seus produtos apodrecem e entram em clivagens com os agiotas. Não é fácil negociar com o agiota, às vezes as cobranças são coercivas”, relatou.

Os informais estabeleceram as suas próprias lógicas. Por exemplo, os agentes de carteira móvel funcionam como uma espécie de banco de poupança dos ganhos ou lucros dos informais.

Isto é, se o informal consegue depositar em 30 dias 15 000 meticais no agente, esse valor é multiplicado por 2% (taxa de ganhos fixada) e no final do mês, o vendedor de moeda ganha 300 meticais a mais, o que totaliza 15 300. Quanto mais dinheiro o vendedor de moeda depositar, maiores serão os ganhos.

ZANDAMELA CONSIDERA “INSIGNIFICANTES” AS OPERAÇÕES DO MERCADO INFORMAL. ENTRETANTO, QUEM GARANTE QUE TAIS OPERAÇÕES NÃO ESTÃO A SER USADAS PARA CRIMES?

Questionado por jornalistas sobre o crescimento do mercado informal, o Governador do Banco Central disse não estar preocupado pois “é um mercado insignificante na nossa economia, sob ponto de vista do volume de transações que circulam no mercado cambial”, referiu Rogério Zandamela na conferência de imprensa de 23 de Março de 2026.

Entretanto, Moçambique é um país vulnerável ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Nesta reportagem, o CIP conseguiu mostrar que é possível movimentar mais de dois milhões de meticais no mercado informal abertamente, sem que o Banco Central tome conhecimento. Perante esses factos surgem questionamentos: Quem garante que essas transações não estão a ser usadas para branquear capitais? Se centenas

de pessoas estiverem a fazer o mesmo tipo de transação, quantos milhões estarão a ser movimentados? E se estes mesmos valores estiverem a ser usados para financiar terrorismo, continuarão a ser considerados insignificantes?

A NHONGA NOS NEGÓCIOS DA CHINA...

Indivíduos que fazem negócios na China há bastante tempo encontraram também a sua solução para enfrentar a escassez de divisas em Moçambique. Há um mecanismo já solidificado que facilita o comércio entre os dois países, através da venda informal do YUAN, moeda oficial chinesa. Esta venda é liderada por moçambicanos residentes na China e por chineses com negócios em Moçambique. Todos esses operadores têm contas bancárias em meticais. A troca acontece da seguinte forma. Ainda em Moçambique, ou estando lá, o requisitante contacta o vendedor de moeda baseado naquele país que fornece o câmbio do dia do mercado paralelo. Por exemplo, no dia 07 de Maio de 2026, no sítio do Banco de Moçambique, a unidade de YUAN equivalia a 9.49 meticais. Mas, neste mesmo dia, operadores de câmbio informal na China estavam a fazer a 11.50 ou 11.60 meticais a unidade, uma diferença de mais de 2 meticais. Feitas as negociações, o requisitante envia o valor para a conta bancária do informal através dos aplicativos de carteira móvel ou aplicativos internet banking. O valor em YUAN é depois transferido para o requisitante através da sua conta no aplicativo chinês denominado AliPay ou é entregue em numerário. Através do aplicativo, instalado no seu telemóvel, o viajante pode fazer qualquer tipo de pagamentos na China porque é uma ferramenta multifuncional ligada a banca e que possibilita o pagamento de vários serviços como de táxi, lojas, restaurantes, etc.

AJUDANDO ESTUDANTES NO ESTRANGEIRO!

Pais e encarregados de educação com filhos a estudar no estrangeiro usam da facilidade de ter conhecidos no estrangeiro para conseguir custear as despesas dos seus educandos. Trata-se, em muitos casos, de uma prática de ajuda mútua. Em alguns casos, esses conhecidos são funcionários de embaixadas e têm despesas em Moçambique. Para fingir a crise, os pais e encarregados de educação, em Moçambique, entram em acordo com esses conhecidos no estrangeiro e mensalmente fazem transferências em meticais para as contas destes e, por sua vez, eles disponibilizam o valor em divisas para os estudantes.

QUANDO O BANCO GANHA COM A CRISE...

Devido à crise de divisas, os bancos estabeleceram limites diários de pagamento de facturas no estrangeiro através do balcão. Para o dólar, por exemplo, há bancos que estabeleceram o limite 5.000 dólares diários, o equivalente a 322.500 meticais, ao câmbio de 64,5 meticais por cada unidade de dólar. Pela operação, o Millennium bim, por exemplo, cobra uma taxa **fixa** de 5.072, 04. Onde 3. 472.59 é referente à Comissão de emissão, 1500 meticais do custo da mensagem SWIFT e 99.45 do imposto de selo.

Entretanto, supondo que o valor total do produto a ser pago no estrangeiro seja 20.000 dólares, o cliente é obrigado a fazer pagamentos faseados, isso é, quatro operações. A cada pagamento o banco cobra ao cliente a mesma taxa de 5.072, 04. No fim do processo, o banco fica com 20. 288, 16 meticais referentes às quatro operações.

Em outras palavras, o produto que deveria custar 20 mil dólares, o equivalente a 1.290.000 meticais, com acréscimo da taxa de 20. 288, 16 cobrada pelo banco, acaba custando no final 1.310 288,16 meticais. Regra geral, estes custos são depois repassados ao consumidor final.

QUANDO UMA MÃO MOLHA A OUTRA!

Efectuar pagamentos faseados das facturas é actualmente o mecanismo mais prático de executar as operações no estrangeiro, porque quando o valor a pagar é alto, o processo vai cair na sala de mercados onde pode ficar estagnado por semanas, ou mesmo meses. Mas há como acelerar o processo à moda *nhonga*. Nesse esquema entram os gestores e funcionários da sala de mercados. Eles são responsáveis por vender facilidades a clientes que querem ver os seus processos a correr. E essa facilitação tem números. A nhonga varia de 2% a 5% do valor total da factura. Isto é, se usarmos a percentagem mais baixa de 2% e a factura a ser paga for de 20.000 dólares, os funcionários facturam uma nhonga 400 dólares, o que equivale a 25. 800 meticais, ao câmbio de 64.5 meticais por unidade de dólar.

“Se por exemplo, vais com uma factura de um carro que custa 40 mil dólares, é o próprio gestor que te alerta que não terás êxitos. Ele te apresenta dois cenários, o de pagamento faseado, que tem os seus custos por operação, com o risco de demorar meses, e a de pagares suborno e o processo ser bem rápido. Ele não age sozinho para agilizar o processo. Tem que articular com os homens da sala de mercados. São eles que executam o processo, isto é, num passo de magia, o seu processo pula para frente na fila de espera e ganha prioridade. Com o suborno efectuado, em dois ou três dias tens o SWIFT do pagamento. Já fiz isso em balcões do BIM e do BCI. O valor do suborno é entregue sempre em cash, nunca por via transferência. Mesmo as conversas são feitas a nível do balcão e quase nunca ao telefone”, detalhou Daniel (Nome Fictício) importador de viaturas.

No comércio internacional de bens, a nossa legislação prevê, de entre vários instrumentos, pagamentos antecipados e posticipados. No negócio de importação de viaturas usadas, por exemplo, os pagamentos são, na sua maioria, antecipados porque não há relação contratual entre as partes. Isso obriga a que o importador faça pagamentos imediatos, sob pena de perder a viatura escolhida. Este facto pode estar a concorrer que haja espaço para negociatas entre os funcionários dos bancos e os importadores

PELO MENOS QUATRO PARQUES DE VIATURAS FECHARAM PORTAS NA AVENIDA JOAQUIM CHISSANO EM MAPUTO.

O CIP visitou vários parques na Cidade de Maputo mas apenas um aceitou ceder entrevista na condição de anonimato. No referido parque, fomos recebidos pelo gestor, Silvestre (nome fictício), que fez um retrato preocupante. Relatou que o problema começou há anos, pelo que, “na altura conseguíamos transferir até 200 mil dólares, o que nos possibilitava importar 150 carros por mês. De 2020 a esta parte fomos reduzindo. Em 2022 tivemos uma redução drástica, passamos a importar entre 10 e 20 carros por mês e agora a situação ficou mais grave. Durante o ano 2023 não importamos mais de 100 carros, isto é, em um ano não conseguimos importar o número de carros que comprávamos por mês. Em 2026 a coisa parece que tende a piorar, veja que no mês passado só conseguimos importar apenas sete carros”, recordou o funcionário, para depois avançar que a situação já causou despedimento de quatro colegas. “Já não há negócio. Conheço quatro investidores que desistiram e fecharam as portas. Nós tínhamos três parques, fechamos dois e só restou este e pelo que estamos a ver está em vias de fechar”, lamentou.

A actual crise obriga a que os importadores de viaturas procurem outros mecanismos para obter divisas. Ananias, nome fictício, é empreendedor digital. Conta que cria sites e páginas de venda para clientes, muitos deles localizados fora do país. Pelo trabalho que executa recebe os pagamentos em dólares, através da plataforma Paypal associada à sua conta em Moçambique. Devido à crise, tem sido solicitado por importadores de carros. “Eles têm meticais no banco, mas devido à situação não conseguem fazer pagamentos. Nos sites de venda de viaturas, têm a opção de pagamento via Paypal, então eles procuram pessoas como eu, que trabalho no digital, para pagar certas facturas. Eu uso o câmbio formal e eles enviam o equivalente em meticais”, precisou.

A NHONGA DO AGENTE ALFANDEGÁRIO

Nos custos operacionais de importação de viaturas, por exemplo, além das *nhongas* no sistema bancário, o importador tem de guardar algum valor para pagar ao funcionário das alfândegas no porto para impedir que a viatura seja reavaliada quando chegar ao território nacional. É que, regra geral, as viaturas são pagas a preços baixos no estrangeiro e quando chegam ao país elas passam por um processo de reavaliação e o seu preço pode ser revisto em alta.

“Para evitarmos a reavaliação, optamos por pagar esse suborno às Alfândegas. Se o carro foi adquirido a 1.000 000 de meticais, eles podem cobrar 40 ou 50 mil meticais para tirar a viatura. Esses pagamentos são feitos pelos despachantes aduaneiros. São eles que te dizem que o valor é X e nós entregamos esse dinheiro em mãos para o despachante que, em seguida, repassa para o agente das Alfândegas. Nesses esquemas há casos que pagas 10 mil ou podes até pagar 150 mil meticais, dependendo do tipo de carro. Eles não precisam te perseguir, tu sozinho é

que vais procurar por eles quando vires a factura da reavaliação. Temos que fazer isso senão a factura será alta para mim e também para o cliente”, esclareceu Daniel, importador de viaturas.

AS NEGOCIATAS DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMBAIXADAS

Fontes ligadas a embaixadas revelaram ao CIP que alguns funcionários dessas instituições têm recorrido a pessoas ou entidades ligadas à importação de viaturas para converter os seus salários, pagos em dólares. Ao actuarem desta forma, os referidos funcionários conseguem obter margens de ganho consideráveis na conversão cambial.

O CIP apurou que a taxa de câmbio utilizada nessas transacções é intermédia entre a praticada no mercado oficial e a do mercado paralelo. Ou seja, se no sistema bancário formal um dólar é comprado a 64,5 meticais e, no mercado informal a 75 meticais, nestas negociações, envolvendo os funcionários das embaixadas, a moeda norte-americana pode ser transaccionada a 69 meticais por dólar.

Por exemplo, supondo que um funcionário pretenda converter dois mil dólares, à taxa oficial de 64,5 meticais por dólar, receberá do banco 129 mil meticais. No entanto, recorrendo à taxa negociada com os importadores de viaturas poderá receber 138 mil meticais, o que representa uma diferença de 9 mil meticais.

ACCIONASTAS NO ESTRANGEIRO: A RETAGUARDA SEGURA PARA QUEM PODE



Foto 4 : Vista de cima das instalações da Mega Cash & Carry

Empresas com parceiros ou accionistas no estrangeiros estão a usar essa vantagem para financiar as suas operações em Moçambique. Este é o caso da Mega Cash and Cary, uma das maiores empresas de distribuição alimentar no país.

“Infelizmente há uma grande escassez de produtos nacionais, o que nos obriga a importar grande parte dos produtos que vendemos. Actualmente importamos um milhão e meio em produtos de diferentes geografias. Da África do Sul, cerca de 5 milhões de rands, e da Europa (Portugal e Espanha) cerca de um milhão de Euros. Porque temos dificuldades de importar, temos estado a recorrer ao nosso accionista para, a partir do exterior, suportar as nossas operações cá em Moçambique”, explicou João Seara, director-geral da empresa Mega Cash para depois acrescentar que, mesmo assim, não tem sido suficiente pois “agora conseguimos importar apenas 60% das nossas necessidades, os restantes 40% não conseguimos. Devido a essa situação, nestes dias não temos congelados.”

Com várias facturas pendentes, o gestor teme uma possível derrapagem do metical. “A subida da taxa de câmbio seria um desastre. Com a quantidade de facturas atrasadas que temos dificilmente conseguiríamos aguentar. Se houver uma desvalorização da moeda eu terei que ter mais meticais para pagar o mesmo produto em rands. Esse cenário iria causar uma subida de preços”, esclareceu.



Foto 5: João Seara, director-geral da Mega Cash & Carry

A crise está a manchar a imagem da empresa pois nem todos os fornecedores compreendem a situação. “Temos fornecedores que estão habituados a trabalhar com o mercado africano e que sabem que estas situações acontecem. Temos outros que não aceitam este tipo de situações, não compreendem que a culpa não é da empresa, mas da situação económica do país. O que quer dizer que temos de tudo: temos fornecedores que nos compreendem e continuam a apoiar e temos outros que nos bloqueiam, alguns vão mais longe, exigem garantias bancárias e ameaçam exercer pressão sobre essas garantias”, lamentou.

Seara finalizou apontando que caso a crise persista, a empresa poderá ser obrigada a reduzir o número de trabalhadores.

QUANDO A FALTA DE DIVISAS TRANSFORMA HOSPITAIS EM CORREDORES DA MORTE!



Foto 6: Armazém de medicamentos com várias prateleiras vazias

Numa crise profunda há décadas, devido ao desinvestimento estatal, o sector da saúde é um dos rostos mais visíveis dos impactos severos da falta de divisas em Moçambique. O CIP visitou uma importadora de medicamentos e material médico, em Maputo. No local, os espaços vazios nas prateleiras denunciavam dificuldades no abastecimento. Em anonimato, a gestão considerou a situação como sendo crítica. “99,9 por cento do nosso negócio é importação. A situação de falta de divisas tende a piorar. O nosso maior cliente é

o Ministério da Saúde, por isso entendo que deveríamos estar numa lista de prioridade no acesso a divisas”, revelou Beatriz (Nome fictício), directora-geral da empresa.

A gestora detalhou ainda que mesmo em casos de urgência, os bancos nada fazem. “O Ministério emite notas a solicitar certos tipos de medicamentos com urgência, mas isso não altera nada no banco”, denunciou.

O CIP ouviu um funcionário afecto a uma sala de mercados que confirmou não haver priorização de sectores essenciais.

“Eu acredito que não há priorização de sectores sensíveis como saúde e educação! O que eu vejo é que a alocação de divisas depende cada vez menos da Sala de Mercados. Ela vai dependendo de decisões estratégicas de cada banco, que prefere priorizar os clientes que dão maior retorno. Isto é, há casos de clientes que contraem uma facilidade de crédito com os bancos e esse procedimento é usado para fazer pagamentos no estrangeiro, gerando lucros para o banco. Nesses casos, é natural que o banco priorize esse tipo de cliente que lhe dá mais benefícios. As unidades de negócio e a gestão de topo dos bancos estão cada vez mais envolvidos na tomada de decisão sobre para quem o banco deve priorizar na disponibilização de divisas”, referiu Ricardo, nome fictício.

Beatriz revelou ter pelo menos três facturas pendentes no banco, facto que está a gerar um mau-estar com o fornecedor e com os clientes. A gestora reconhece que as limitações na importação, mais do que estarem a afectar o seu negócio, estão a impactar na saúde de milhões de moçambicanos. “Estamos a perder clientes. Entretanto, entendemos que o nosso prejuízo também tem efeitos negativos na vida da população. Porque está evitante aos olhos de todos a decadência do sector de saúde no país. Falta um pouco de tudo”, terminou.

“O SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE NÃO ESTÁ A BEIRA DO COLAPSO, O SISTEMA COLAPÇOU E ESTÁ COLADO AO CHÃO”, REVELA TÉCNICA AFECTA A UM LABORATÓRIO



Foto 7: Hospitais usam papel para reembalar medicamentos por falta de saquetas apropriadas

Para aferir de perto os impactos da escassez de divisas no sector da saúde, a nossa investigação visitou hospitais, conversou com funcionários e pacientes. No terreno, a nossa investigação notou que os hospitais públicos estão a usar folhas de papel para embalar medicamentos por falta de saquetas adequadas.

Helena, nome fictício, trabalha num armazém de medicamentos. Ao CIP confirmou dificuldades no abastecimento de medicamentos e material médico-cirúrgico. “Um dos principais itens – para além do gesso que toda a gente sabe – é em relação ao EPI (Equipamento de Protecção Individual), que o profissional usa no acto de atendimento e que serve para proteger o profissional, assim como o paciente. Falo especificamente de luvas, máscaras. Falo de calçado, há actividades que necessitam de calçado apropriado botas ou plainites (capas que se colocam em volta do sapato) que se usam com frequência no bloco operatório”, detalhou.

A técnica avançou que a crise é agudizada por condutas irresponsáveis de dirigentes que elaboram relatórios falsos para cumprir metas e satisfazer as suas chefias.

“É preciso responder a metas para depois colocar no relatório porque se não chega ao número X não dá para dizer ao parceiro, porque este pode reduzir o patrocínio. Se eu digo que atendi num mês a 100 pacientes que fizeram exame de malária, irei fazer esse relatório e este passará para o superior herásquico que irá manipular esta informação. Ao invés de 100 colocará 500. À medida que o relatório vai subindo na cadeia até chegar ao Ministério da Saúde, chega lá com um número muito alto. Então, isto dificulta os processos de decisão. Através dessa informação, o Ministério da Saúde vai decidir o que comprar na base daquele número”, denunciou.

SEM MEDICAMENTOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE OBRIGADOS A RECEITAR O QUE EXISTE

Técnico de laboratório num dos hospitais do país, José (nome fictício) confirmou ao CIP a falta de quase tudo. “O básico que não se está a fazer é homograma. Esse é um exame crucial para pacientes ambulatoriais, tanto quanto internados. Então se é uma mulher grávida que vem de um centro de saúde e precisa de um acompanhamento não tem como fazer esse exame, infelizmente. É através deste exame que se descobre se o paciente é anémico ou não. Ele dá uma radiografia básica sobre as condições de saúde do paciente, se é uma infecção e em que nível é”, detalhou para depois realçar que é a partir do mesmo exame que se pode iniciar o diagnóstico de uma leucemia.

“Sem hemograma, não se faz (descobre a doença) às cegas. Olhómetro não funciona para diagnosticar a cancro. A leucemia é uma das doenças que já está dar de fazer em Moçambique. Muitos estão a perecer sem saber que têm uma leocemia”, lamentou.

Neste contexto de crise, os hospitais são obrigados a privilegiar uns em detrimento de outros. “Pode-se dizer que a nível da minha unidade sanitária há um pouco de reagentes, por questão de racionalidade e gestão, para podermos ver se conseguimos atender àqueles doentes mais graves ou os acamados. Mas para o paciente ambulatório que vem caminhando, consideramos que está mais ou menos e informa-se que não há (capacidade de fazer exames)”, esclareceu.

Descreveu que o Ministério da Saúde é irregular no fornecimento de reagentes e outros equipamentos para o funcionamento pleno dos laboratórios.

“Em 2025 usávamos stock de 2024. Usámos até ao mês de Abril, quando o stock acabou ficamos sem nada. Era uma questão de você ir ao hospital assinar o livro (de presença) e esperar pela hora de saída. Esperámos até que chegasse a quadra festiva. Novembro de 2025 é quando começaram a se mexer”, precisou, para depois acrescentar que “no ano passado isso aconteceu durante sete meses. Sete meses a dizer a mesma coisa (não havia capacidade para fazer exames), tanto que tinha medo de estar na recepção. Naquele estágio já não apanhava sono”, terminou.

CRISE DE DIVISAS CONDICIONA CIRURGIAS....

A situação de crise de divisas está igualmente a condicionar a realização de cirurgias. Sebastião (nome fictício) tem o sobrinho com uma enfermidade que necessita de uma cirurgia. Este foi atendido no Hospital José Macamo, mas logo no início a família deparou-se com várias dificuldades.

“Sou uma das quatro pessoas identificadas para doar sangue. No dia que fui para o Hospital Geral José Macamo com o protocolo para o processo de doação de sangue, disseram-me que não tinham bolsas para a conserva do sangue, sendo que tinha que me deslocar a um outro hospital (Hospital de Mavalane) doar sangue e depois retomar ao José Macamo. Isso deixou-me constrangido, porque não tinha disponibilidade para o efeito. Tive que aguardar duas semanas, só dessa vez é que consegui fazer a doação de sangue”, relatou. Mas, mesmo assim cumprida essa exigência, o hospital não mais marcou o procedimento cirúrgico. “Até hoje o menino ainda não foi operado. Não sei se a justificativa da falta de bolsas é para fazer um compasso de espera, mas o menino ainda está à espera de ser operado. Felizmente as quatro pessoas já doaram o sangue, só estamos à espera do dia que vão marcar para a realização da cirurgia.”

Em Agosto deste ano, o CIP contactou a mãe do menor e confirmou que, seis meses depois da primeira consulta, a cirurgia continua por realizar. Durante este período, o Hospital ainda não agendou a intervenção, mantendo o menor à espera. A demora levanta questões sobre a capacidade de resposta da unidade sanitária e sobre o tempo que os pacientes são obrigados a esperar por tratamentos cirúrgicos em Moçambique.

AS RESPOSTAS CONTROVERSAS DO REGULADOR À CRISE DE DIVISAS



Desde a eclosão do problema, o Banco Central apresentou explicações controversas sobre a crise de divisas. Num primeiro momento negou haver escassez e atirou a culpa aos bancos comerciais, mas agora reconhece haver facturas atrasadas.

Entretanto, esses pronunciamentos são contrariados por entidades que congregam empresários.

“Empresários associados à FUNDEC ressentem-se da escassez crónica de divisas. Temos assistido a quebra da actividade empresarial e as empresas são obrigadas a fazer o redimensionamento da massa laboral e reestruturação do negócio porque não há divisas para poder alimentar a actividade corrente das empresas. Em termos de sectores, estamos a falar sobretudo de empresários que estão nas áreas de comércio e serviços que têm elevada sensibilidade sobre estas matérias. São áreas que dependem da importação, descreveu Clésio Foia, economista-chefe da FUNDEC.

Trata-se de um cenário também relatado pela Associação das Pequenas e Médias Empresas.

“Temos mais de 1. 264 empresas que já contactaram a banca comercial e a resposta é lenta e muitas vezes negativa porque os bancos dizem de forma reiterada que não têm divisas”, precisou Inocêncio Manhique, da Associação das Pequenas e Médias Empresas que ainda revelou que a situação já está fechar empresas.

“Não temos um dado certo sobre as empresas que fecharam portas, mas se olharmos para todo o país acreditamos que sejam mais de 500 empresas. Isso é preocupante porque se imaginarmos que cada uma dessas

empresas tem entre 20 e 30, sendo que algumas delas têm até 50 trabalhadores, já se pode calcular o impacto deste cenário”

O CIP ouviu um funcionário de uma sala de mercados e também confirmou facturas que estão há meses sem serem processadas.

“Posso dizer que tenho pagamentos pendentes há 10 meses. Entretanto, tenho facturas, que por serem de clientes que têm alguma facilidade no banco, ou que dão algum benefício a nossa instituição acabam por ter prioridade”, detalhou Filipe (Nome Fictício).

ROBERTO TIBANA ACUSA BANCO CENTRAL DE IMPOR CÂMBIO

Uma das maiores críticas a actual gestão do Banco de Moçambique reside na estabilidade considerada artificial da taxa de câmbio. Entretanto, o Governador nega qualquer interferência no mercado cambial.

O economista Roberto Tibana desmente esse discurso e acusa o Banco Central de impor o câmbio. “Qual é o regime cambial que temos agora? Eu diria que nenhum. Eu diria que nenhum porque quando falo com os banqueiros, o que eles me dizem é que recebem telefonemas do Banco Central a dizer qual é o câmbio que devem praticar”, disse.

Esta tese é confirmada por um director de uma Sala de Mercados, que preferiu anonimato.

“Os bancos estão impedidos de mexer na taxa de câmbio. Nós tentámos alterar, mas em seguida, recebemos uma chamada do Banco Central a orientar que deveríamos seguir o que eles estabeleceram. Sei que no ano passado alguns bancos tentaram ensaiar uma mexida. Como resposta, o Banco Central enviou uma equipa de fiscalização para todos os bancos para deixar uma ordem: *não se deve mexer no câmbio*. Infelizmente, Moçambique é um caso a parte. Tudo o que aprendemos na economia não se está a aplicar. A título de exemplo, é a taxa de câmbio... o dólar devia estar na ordem dos 70 a 75 meticais”, detalhou Felisberto.

Neste contexto de crise, Rogério Zandamela, governador do Banco Central, minimizou o pagamento pelo Governo da dívida de cerca de 700 milhões de dólares com o Fundo Monetário Internacional, avançando que “de nenhum modo enfrequeceu o balanço do Banco de Moçambique. Continuamos com níveis de reservas extremamente confortáveis. Estamos hoje a cinco meses de importações, que é bem alto”, referiu na conferência de imprensa que se seguiu ao Comité de Política Monetária de 25 de Maio deste ano.

O economista Roberto Tibana tem outro entendimento sobre este facto e projecta um futuro tenebroso:

“O grande golpe para a economia foi a brincadeira dos 700 milhões de dólares entregues ao Fundo Monetário Internacional enquanto poderíamos usar esse dinheiro para irmos desvalorizando (o metical) aos poucos, criar programas, utilizar essas reservas para amortizar o movimento do câmbio. Vai ser extremamente doloroso. Eu tenho 67 anos, já assisti a uma desvalorização de 125%, uma inflação de mais de 1000%. Os políticos que estão a fazer isto vão fazer a sociedade moçambicana pagar. A economia já está a pagar”, rebateu.

A CRISE DE COMBUSTÍVEIS E INFLUÊNCIA DO REGULADOR



Em meados 2023, o Banco Central retirou a sua comparticipação na importação de combustíveis. Em 2025, o país registou a primeira crise de escassez de combustíveis, justificada, em parte, pela decisão do Banco Central. A mesma crise voltou com maior intensidade em 2026 e mais uma vez, vários sectores apontaram o Banco Central como solução para a crise. Entretanto, Rogério Zandamela não tem o mesmo entendimento.

“Não vemos necessidade. A banca tem feito um bom trabalho, não é perfeito, mas ela tem feito um trabalho que tem permitido garantir que o financiamento de combustíveis continue razoavelmente bem. Pelo que neste momento não vemos nenhuma necessidade de mudar essa postura”, referiu Zandamela no CPMO de 23 de Março deste ano.

Para dificuldades na importação de combustíveis, Zandamela atirou a culpa à incapacidade das importadoras. Entretanto, fontes ligadas à banca comercial refutam esta posição e apontam o Banco Central como parte do problema. Para o efeito recorrem ao aviso nº 4/GBM/2025, emitido pelo regulador, que restringe ainda mais os bancos a guardarem divisas. Na altura, o Banco Central justificou a medida como parte da sua estratégia para garantir que os bancos comerciais soltassem mais divisas ao mercado. Entretanto, segundo as nossas fontes, esta decisão do Banco Central fez com que os bancos comerciais deixassem de ter capacidade de acumular divisas. Não tendo essa capacidade, passaram a deixar de assumir compromissos a longo prazo.

“Nós, por exemplo, não estamos a aceitar emitir garantias para o pagamento de combustíveis porque não temos capacidade. O regulador estabeleceu limites que nos impedem de guardar dinheiro em moeda estrangeira para atender a pagamentos dessa natureza. Há limites diários que não podemos extrapolar em termos de reservas em

divisas. Neste momento procuramos atender a necessidades e demandas imediatas. Com esse aviso, o Banco Central pretendia garantir maior disponibilidade de divisas ao mercado, mas, ao mesmo tempo, trouxe esse grande problema: a incapacidade dos bancos comerciais atenderem ao sector de combustíveis. Pessoalmente, já me recusei a emitir várias cartas de crédito para importadoras. Não temos como assumir algo que depois não vamos ter capacidade de cumprir. Se desobedecermos ao aviso e excedermos o limite diário de divisas no banco, as penalizações estão lá. As facturas de combustíveis são altas e o cliente faz o pedido antecipado para uma operação a ser feita depois... é uma responsabilidade que o banco não pode assumir”, descreveu Felisberto (Anónimo) – director de uma sala de mercados

Enquanto a economia afunda, as famílias desesperam e a saúde adoece, o Governo assobia ao lado e a liderança do Banco de Moçambique dá mostras de perda de sensibilidade, acomodando-se às mordomias de Estado já debilitado.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Boa Governação - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



Embaixada da Suíça em Moçambique



Norway



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
the global coalition against corruption

Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Raúl Massingue

Revisão de Pares: Rui Mate, Edson Cortez,
Teresa Boene e Gift Essinalo

Revisão Linguística: Samuel Monkane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,

Bairro da Sommerschild, nº 124

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917

Cel: (+258) 82 3016391

[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique